

ATA N.º 5

Em **26 de julho de 2022** reuniu, por videoconferência, o Júri do procedimento concursal para provimento do cargo de **Diretor do Departamento Jurídico - Dirigente Intermédio de 1.º grau**, com o objetivo com o objetivo de proceder à seleção do candidato com o perfil adequado para o preenchimento do cargo de Direção Intermédia de 1.º grau, em apreço, de acordo com os critérios e fatores definidos na Ata n.º 1.

Estiveram presentes na reunião **Sandro Miguel Costa Louro**, Diretor Municipal de Gestão da Câmara Municipal de Braga, na qualidade de **Presidente do Júri**, **Fernanda Paula Marques de Oliveira**, Professora Universitária na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, **Vogal Efetiva**, e **Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier**, Diretora de Departamento de Administração Geral do Município de Guimarães, **Vogal Efetiva**.

1. Entrevista de Seleção

As Entrevistas de Seleção decorreram no dia 13 de julho de 2022, com início às 09:00h, tendo os candidatos obtido os resultados constantes do quadro infra, de acordo com a Ficha anexa à presente Ata, da qual faz parte integrante:

Nome do (a) candidato (a)	Código candidato (a)	Resultado (valores)
Margarida Cancela de Amorim Henriques Pereira	PCCDDIDD4/2022	17,00
Maria de Fátima Prata Costa	PCCDDIDD1/2022	16,50
Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas	PCCDDIDD2/2022	19,00

2. Ordenação dos candidatos

Aplicada a fórmula de classificação final às candidatas admitidas $CF = (40AC + 60EP) / 100$, foi obtida a seguinte classificação:

Nome do (a) candidato (a)	Código cand.	AC	EA	CF
Margarida Cancela de Amorim Henriques Pereira	PCCDDIDD4/2022	18,10	17,00	17,44
Maria de Fátima Prata Costa	PCCDDIDD1/2022	19,00	16,50	17,50
Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas	PCCDDIDD2/2022	19,80	19,00	19,32

3. Fundamentos da escolha

Conforme *Ficha Individual de Entrevista Pública* em anexo, a candidata **Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas** evidenciou, ao longo da entrevista, experiência profissional muito válida e profunda para o conteúdo funcional do cargo a prover. Apresentou uma estratégia que pode constituir uma mais valia para o Município. No que concerne à orientação para resultados, a candidata apresentou uma visão de comportamento que permite concluir ter boa capacidade para orientar as equipas para resultados. A candidata evidenciou possuir muito boa capacidade de planeamento e organização, demonstrando através de exemplos e situações reais. Demonstrou possuir elevada capacidade de dirigir e influenciar positivamente os colaboradores, através de boas técnicas de comunicação, envolvimento e responsabilização, demonstrando perceber a importância de mobilizar os colaboradores para os objetivos do serviço e da organização. A candidata revela elevada capacidade de expressão e fluência verbal.

4. Proposta de designação

Face ao exposto, o Júri, ao abrigo do n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, 15 de janeiro, na sua atual redação, aplicável à Administração Local por força da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, delibera propor a designação da candidata **Maria Isilda**

Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas para o cargo de **Diretora do Departamento Jurídico - Dirigente Intermédio de 1.º grau**, por considerar que possui o perfil pretendido para a prossecução das atribuições e competências da referida Unidade Orgânica.

De acordo com o n.º 13, do art.º, 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, o procedimento concursal é urgente e de interesse público, não havendo lugar a audiência de interessados.

E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, de que se lavrou a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos elementos do júri.

O júri,